

ENTRE A PALAVRA E A PÁTRIA: JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA, MEMÓRIA VIVA DA CADEIRA Nº 60 DA ABHL

Célia Lopes

LOPES, Célia. ENTRE A PALAVRA E A PÁTRIA: JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA, MEMÓRIA VIVA DA CADEIRA Nº 60 DA ABHL. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em: <https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/entre-a-palavra-e-a-patria-joaquim-osorio-duque-estrada-memoria-viva-da-cadeira-n-60-da-abhl>.

<https://academiaabhl.org/portal/publicacoes/entre-a-palavra-e-a-patria-joaquim-osorio-duque-estrada-memoria-viva-da-cadeira-n-60-da-abhl>

Área: Artigos Científicos

Publicado em 21 de agosto de 2026

ENTRE A PALAVRA E A PÁTRIA: JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA, MEMÓRIA VIVA DA CADEIRA N° 60 DA ABHL

Célia de Fátima Lopes da Silva (Célia Lopes)

Historiadora, educadora e escritora • Acadêmica da ABHL desde 3 de julho de 2026 • Cadeira n° 60 • Patrono: Joaquim Osório Duque-Estrada

Resumo: O presente artigo revisita a trajetória de Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927), patrono da Cadeira n° 60 da Academia Brasileira de História e Literatura (ABHL), buscando compreender a amplitude de sua atuação como poeta, professor, historiador, jornalista, crítico literário e autor da letra do Hino Nacional Brasileiro. Por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, examinam-se sua formação intelectual, sua participação nas campanhas abolicionista e republicana, seu compromisso com o ensino, sua produção historiográfica e literária e sua inserção na Academia Brasileira de Letras. O estudo sustenta que reduzir Duque-Estrada à autoria do Hino significa ocultar uma vida dedicada à palavra como instrumento de educação, intervenção pública, preservação da memória e elaboração da identidade nacional. Ao relacionar esse legado à missão cultural da ABHL e à responsabilidade simbólica da ocupante da Cadeira n° 60, o artigo compreende o patronato acadêmico como vínculo vivo entre gerações. Homenagear um patrono não é apenas conservar seu nome, mas interrogar sua obra, contextualizar suas escolhas e renovar, no presente, o compromisso com a História, as Letras e a dignidade humana.

Palavras-chave: Joaquim Osório Duque-Estrada; ABHL; Hino Nacional Brasileiro; memória; História; Literatura.

Abstract: *This article revisits the life and work of Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927), patron of Chair No. 60 of the Brazilian Academy of History and Literature (ABHL). Based on qualitative, bibliographical, and documentary research, it examines his activities as a poet, teacher, historian, journalist, literary critic, and author of the lyrics of the Brazilian National Anthem. The study argues that his legacy exceeds the anthem and reveals a life devoted to language as an instrument of education, public intervention, memory, and national identity. By connecting this legacy to the cultural mission of the ABHL, the article understands academic patronage as a living bond between generations and as an ethical responsibility toward History, Literature, and human dignity.*

Keywords: *Joaquim Osório Duque-Estrada; ABHL; Brazilian National Anthem; memory; History; Literature.*

1 INTRODUÇÃO

As academias de letras constroem pontes entre tempos. Cada cadeira guarda um nome, mas o nome não permanece como simples inscrição: torna-se presença intelectual, referência ética e convite ao estudo. Ao escolher patronos, uma instituição reconhece que a cultura se faz por continuidade. Aos ocupantes cabe a tarefa de receber esse legado, compreendê-lo criticamente e transmiti-lo às gerações seguintes.

Na Academia Brasileira de História e Literatura, a Cadeira nº 60 tem como patrono Joaquim Osório Duque-Estrada, intelectual cuja memória está profundamente ligada à vida cultural brasileira. Conhecido sobretudo como autor da letra do Hino Nacional, Duque-Estrada foi também poeta, professor,

historiador, jornalista, ensaísta, teatrólogo e crítico literário. Sua trajetória atravessou a crise do Império, a campanha abolicionista, a formação da República e os debates sobre educação, língua, literatura e identidade nacional.

Este artigo pergunta: o que significa revisitar hoje a obra de Duque-Estrada a partir de uma cadeira acadêmica dedicada à História e à Literatura? O objetivo é apresentar sua trajetória para além da consagração cívica, examinando a relação entre palavra, memória, educação e participação pública. A abordagem é qualitativa, bibliográfica e documental, com apoio em registros da Academia Brasileira de Letras, na legislação relativa aos símbolos nacionais, em obras do autor e em pesquisas sobre sua escrita da História.

A homenagem aqui proposta não pretende produzir um retrato sem conflitos. Toda personalidade histórica pertence ao seu tempo, com suas possibilidades e limites. Preservar a memória de um patrono implica reconhecer sua contribuição, contextualizar suas escolhas e permitir que sua obra continue a suscitar perguntas. É nesse diálogo entre reverência e reflexão que o passado se torna verdadeiramente vivo.

2 FORMAÇÃO, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A PALAVRA COMO PARTICIPAÇÃO

Joaquim Osório Duque-Estrada nasceu em 29 de abril de 1870, em Pati do Alferes, então distrito de Vassouras, no Rio de Janeiro, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 5 de fevereiro de 1927. Ingressou no Imperial Colégio Pedro II em 1882 e concluiu o bacharelado em Letras em 1888. Ainda adolescente publicou *Alvéolos*, seu primeiro livro de versos, revelando uma vocação literária precoce (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s.d.).

Sua juventude coincidiu com um dos períodos mais intensos da vida política brasileira. Em 1887, começou a colaborar na imprensa e aproximou-se de José do Patrocínio, participando da campanha pela Abolição. No ano seguinte, aderiu também à propaganda republicana ao lado de Silva Jardim. A literatura e o jornalismo não eram, para aquele jovem escritor, atividades isoladas da sociedade. A palavra participava das disputas do presente e podia servir à transformação política.

Essa aproximação entre escrita e cidadania ajuda a compreender sua produção posterior. Duque-Estrada testemunhou a Abolição e a passagem do Império à República não como observador distante, mas como integrante das redes de imprensa e mobilização. Décadas mais tarde, em *A Abolição: esboço histórico*, organizou uma interpretação do processo iniciado antes de 1888, recuperando personagens, leis, movimentos e formas de adesão social. Estudos contemporâneos mostram que sua narrativa histórica articulou memória pessoal e projeto de formação nacional (MORAES, 2007).

Ler hoje essa obra exige atenção ao contexto em que foi escrita e às transformações da historiografia. A compreensão atual da escravidão e da liberdade valoriza de maneira mais ampla o protagonismo das pessoas escravizadas, das comunidades negras e das resistências cotidianas. Reconhecer os limites de uma narrativa produzida no início do século XX não diminui seu valor documental; ao contrário, permite perceber como cada geração organiza o passado segundo perguntas, fontes e sensibilidades próprias.

3 O PROFESSOR E O HISTORIADOR: EDUCAR PARA CONSTRUIR MEMÓRIA

A vida profissional de Duque-Estrada foi marcada por deslocamentos entre diplomacia, administração pública, magistério e imprensa. Após breve passagem pelo curso de Direito e pelo serviço diplomático no Paraguai, exerceu funções educacionais no Estado do Rio de Janeiro, foi professor de Francês no Ginásio de Petrópolis e, em 1902, assumiu interinamente a cadeira de História Geral e do Brasil no Colégio Pedro II (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s.d.).

Sua atuação docente revela um aspecto essencial de seu legado. Ensinar História no começo da República significava participar da construção de referências comuns para um país que buscava definir suas instituições e narrar a própria origem. Em obras didáticas como História do Brasil, Duque-Estrada ajudou a formar gerações de estudantes. Seus textos pertencem a um tempo no qual a escrita escolar da História estava diretamente relacionada à elaboração da nacionalidade.

O educador e o historiador encontravam-se na mesma convicção: a memória precisava ser transmitida. Roquette-Pinto, ao sucedê-lo na Academia Brasileira de Letras, observou que seus livros levaram aos estudantes nomes ligados à campanha abolicionista que os compêndios usuais frequentemente omitiam. Esse gesto demonstra que a escolha dos personagens de uma narrativa histórica nunca é neutra. Incluir nomes, ações e conflitos significa disputar o sentido do passado e ampliar aquilo que uma comunidade reconhece como herança.

Para a educação contemporânea, seu percurso oferece uma reflexão importante. A História não deve produzir apenas veneração, mas consciência. Ensinar o passado é mostrar que direitos foram conquistados por pessoas concretas, em

meio a interesses, resistências e contradições. A memória deixa de ser repetição de datas quando permite compreender responsabilidades e imaginar futuros mais justos.

4 O POETA, O JORNALISTA E O GUARDIÃO DA LÍNGUA

A produção de Duque-Estrada não se limitou à historiografia. Flora de Maio, publicado em 1902, reuniu poemas marcados por uma sensibilidade romântica em diálogo com formas parnasianas. Sua poesia percorreu o amor, a saudade, a paisagem, a dor e o sentimento cívico. Ainda que a posteridade tenha concentrado sua lembrança no Hino Nacional, seus versos revelam uma experiência literária mais ampla e uma atenção rigorosa à forma.

Na imprensa, desenvolveu intensa atividade como crítico. Trabalhou em diversos periódicos e manteve a seção Registro Literário em jornais do Rio de Janeiro. Parte desses textos foi reunida em Crítica e polêmica, de 1924. Seu estilo direto e combativo tornou-o uma figura temida nos círculos literários. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, utilizou uma expressão irônica para definir a própria atuação: ‘guarda-noturno da literatura brasileira’ (DUQUE-ESTRADA, 1916).

A metáfora contém humor, mas também revela seu modo de compreender o ofício intelectual. Para ele, cuidar da língua e da literatura envolvia vigilância, julgamento e debate público. Esse comportamento gerou polêmicas e excessos reconhecidos por seus contemporâneos. Entretanto, testemunha uma época em que a crítica literária ocupava espaço central nos jornais e podia mobilizar leitores muito além das instituições acadêmicas.

Seu legado convida a distinguir defesa da língua e imobilidade linguística. Uma língua viva transforma-se, incorpora vozes e registra a diversidade de seus falantes. Preservar o patrimônio linguístico não significa impedir mudanças, mas cultivar clareza, beleza, memória e acesso. O rigor de Duque-Estrada pode ser relido, no presente, como compromisso com a palavra responsável, desde que acompanhado pelo reconhecimento das variedades e experiências que constituem a língua portuguesa.

5 O HINO NACIONAL: POESIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

A letra do Hino Nacional Brasileiro tornou-se a obra mais conhecida de Duque-Estrada e garantiu a permanência de seu nome na memória coletiva. Escrita para a música de Francisco Manuel da Silva, foi oficialmente incorporada ao Hino pelo Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, no contexto do centenário da Independência. A legislação atual reconhece o Hino como a composição formada pela música de Francisco Manuel e pelo poema de Joaquim Osório Duque-Estrada (BRASIL, 1971).

O texto apresenta vocabulário elevado, inversões sintáticas, imagens luminosas e versos decassílabos. Expressões como ‘um sonho intenso’ e ‘paz no futuro e glória no passado’ condensam uma visão de país projetada entre memória, esperança, natureza e liberdade. A linguagem pode parecer distante do uso cotidiano, mas sua musicalidade e densidade simbólica contribuíram para transformar o poema em rito cívico compartilhado.

Como todo símbolo nacional, o Hino não possui sentido fixo. Cada geração o escuta a partir de suas experiências. Palavras como liberdade, igualdade, justiça e paz adquirem força quando deixam de ser apenas celebração e se tornam

compromisso. O patriotismo literário de Duque-Estrada pode, assim, ser compreendido não como exaltação vazia, mas como pergunta dirigida ao presente: que país construímos quando pronunciamos esses ideais?

A grandeza do Hino está também em sua dimensão coletiva. O poema individual tornou-se voz pública ao unir-se à música e ao ser transmitido por escolas, cerimônias, famílias e instituições. Nesse percurso, a autoria não desaparece; transforma-se em patrimônio. O nome de Duque-Estrada continua a atravessar gerações porque seus versos passaram a habitar a memória de milhões de pessoas.

6 ACADEMIA, MEMÓRIA E RESPONSABILIDADE ENTRE GERAÇÕES

Duque-Estrada foi eleito para a Cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras em 25 de novembro de 1915, na sucessão de Sílvio Romero, e tomou posse em 25 de outubro de 1916, recebido por Coelho Neto. Em seu discurso, apresentou a vida acadêmica como reconhecimento de uma existência consagrada ao trabalho intelectual e ao culto da língua. A Academia representava, para ele, não apenas distinção, mas responsabilidade diante da tradição literária.

Essa concepção ilumina o sentido do patronato na ABHL. Um patrono não é uma figura decorativa colocada acima do tempo. É uma origem simbólica com a qual cada ocupante estabelece diálogo. A Cadeira nº 60 preserva o nome de Joaquim Osório Duque-Estrada e, ao fazê-lo, reúne História e Literatura de maneira exemplar: o historiador que escreveu sobre a formação nacional; o professor que transmitiu memória; o jornalista que interveio na esfera pública; e o poeta cuja palavra se tornou símbolo do Brasil.

Para Célia Lopes, historiadora, educadora, escritora, poeta, cronista e letrista, ocupar essa cadeira cria uma afinidade particularmente significativa. Sua trajetória também aproxima ensino, criação literária, memória, inclusão, diversidade e formação cidadã. A relação com o patrono não exige repetição de sua obra ou de sua época; exige continuidade do princípio que atravessou sua vida: a palavra deve participar da construção cultural da sociedade.

Há ainda uma dimensão ética nessa herança. O Brasil cantado no Hino precisa reconhecer todos os seus filhos e todas as suas histórias. Honrar Duque-Estrada no século XXI é ampliar o espaço da memória, acolher vozes antes silenciadas e fazer da cultura um direito acessível. Assim, o legado recebido não permanece imóvel: transforma-se em trabalho, escuta, pesquisa e criação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joaquim Osório Duque-Estrada foi um intelectual de múltiplas frentes. Sua trajetória reuniu poesia, magistério, História, jornalismo, crítica, participação cívica e vida acadêmica. Embora a letra do Hino Nacional represente sua contribuição mais difundida, compreender sua presença na cultura brasileira exige olhar também para o jovem abolicionista e republicano, o professor, o autor de livros históricos e didáticos, o polemista e o defensor da língua.

Sua obra nasceu em um período de profundas mudanças e deve ser lida com rigor histórico. Homenageá-lo não significa retirar de seus textos as marcas do tempo, mas reconhecer nelas as perguntas de uma sociedade que buscava narrar a si mesma. O diálogo crítico preserva melhor do que a idealização, porque permite que a memória continue produzindo conhecimento.

Como patrono da Cadeira nº 60 da ABHL, Duque-Estrada simboliza a união entre História e Literatura. Seu nome recorda que a palavra pode registrar o passado, intervir no presente e projetar esperanças para o futuro. A cadeira que o homenageia torna-se, portanto, lugar de continuidade: nela, o legado histórico encontra novas linguagens, novas sensibilidades e novos compromissos.

Receber essa herança é assumir que a cultura precisa ser cuidada e compartilhada. Ao celebrar seu patrono, Célia Lopes reafirma sua dedicação às Letras, à História, à educação e à promoção cultural. Entre a memória de Duque-Estrada e a escrita da ocupante atual, estabelece-se uma ponte: de um lado, a voz que ajudou o Brasil a cantar sua imagem de nação; de outro, a voz contemporânea que busca tornar essa nação mais inclusiva, humana e consciente de sua diversidade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Osório Duque-Estrada: biografia. Rio de Janeiro: ABL, [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/osorio-duque-estrada/biografia>. Acesso em: 14 ago. 2026.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Roquette-Pinto: discurso de posse. Rio de Janeiro: ABL, 1927. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=198>. Acesso em: 14 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.

DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. A Abolição: esboço histórico, 1831-1888. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. Crítica e polêmica: 1908-1924. Rio de Janeiro: Papelaria Vênus, 1924.

DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. Discurso de posse. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1916. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/osorio-duque-estrada/discurso-de-posse>. Acesso em: 14 ago. 2026.

DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. Flora de Maio. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

MORAES, Renata Figueiredo. Os maios de 1888: história e memória na escrita da História da Abolição; o caso de Osório Duque-Estrada. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

COMO CITAR

LOPES, Célia. ENTRE A PALAVRA E A PÁTRIA: JOAQUIM OSÓRIO DUQUE-ESTRADA, MEMÓRIA VIVA DA CADEIRA Nº 60 DA ABHL. Academia Brasileira de História e Literatura, 2026. Disponível em: <https://academiaabhl.org/porta/publicacoes/entre-a-palavra-e-a-patria-joaquim-osorio-duque-estrada-memoria-viva-da-cadeira-n-60-da-abhl>.